



SANT'ANNA, Marcia	<u>Arquitetura popular: espaços e saberes.</u>
SANTOS, Ademir Pereira dos	<u>Arquitetura vernacular de pedra: aproximações entre Brasil e Portugal</u>
SANTOS, Adriano dos	<u>Técnicas transplantadas: o caso da colonização em Sinop/MT</u>
SANTOS, Aurea Jaciane Araujo	<u>A conformação histórico-espacial da cidade de São Cristóvão - Sergipe e seu plano diretor de desenvolvimento urbano</u>
SANTOS, Carlos A. A.	<u>Construtores lusitanos no sul do novo mundo. Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. 1848-1889</u>
SANTOS, Fabiano Teixeira dos	<u>A casa do planalto: arquitetura luso-brasileira nos Campos de Lages. séculos 18 e 19</u>
SANTOS, Jadilson Pimentel dos	<u>A gramática ornamental das fachadas das igrejas do beato Antônio Conselheiro</u>
SANTOS, Larissa C. Acatauassú Nunes	<u>A produção de tijolo da vila de Jaguaripe (BA) no século XVIII e XIX.</u>
SANTOS, Luis Alberto Adorno dos	<u>Utilização das conchas de mariscos na produção de cal e agregados da construção civil. em Salinas da Margarida. Bahia. Brasil</u>
SANTOS, Ricardo, F.	<u>Processos disciplinares da arquitectura portuguesa: formação e difusão de um modelo de escala média.</u>
SARRAZOLA MARTINS, João	<u>Telhados e tectos de asnaria. uma constante na construção portuguesa do gótico ao barroco.</u>
SCHENKMAN, Raquel	<u>A produção de vitrais e panos de vidro na cultura arquitetônica paulista do século XX</u>
SCHETTINO, Patricia Thomé Junqueira	<u>As relações entre técnica, cultura e sociedade nos palacetes cariocas da primeira república</u>
SILVA, Eder Donizeti da	<u>As argamassas da Igreja de N. S. da Conceição dos</u>

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA

- ▶ APRESENTAÇÃO
- ▶ COMUNICAÇÕES (por eixo temático)
- ▶ COMUNICAÇÕES (por autor)
- ▶ CRÉDITOS

Realização

Patrocínio



Universidade Federal
do Espírito Santo
Centro de Artes
Programa de Pós-graduação
em Arquitetura e Urbanismo



PROARQ/PAU/URJ
Programa de Pós-graduação em Arquitetura
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Universidade Federal Fluminense



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



A PRODUÇÃO DE TIJOLO DA VILA DE JAGUARIFE (BA) NO SÉCULO XVIII e XIX

SANTOS, Larissa C. Acatauassú Nunes¹; OLIVEIRA, Mário Mendonça de²

RESUMO:

As terras situadas às margens do rio Jaguaripe e de seus afluentes caracterizam-se por serem importantes zonas produtoras de cerâmica até os dias atuais. Historicamente, os depósitos de argila de excelente qualidade impulsionaram a implantação de inúmeras olarias na região, responsáveis pela produção de tijolos que foram utilizados em obras de Salvador e outras cidades do Recôncavo. A presença de olarias e a produção cerâmica em Jaguaripe remontam ao século XVII e a região se afirmou, no século seguinte, como a principal fornecedora de tijolos e materiais cerâmicos. Devido à reconhecida qualidade do material fabricado, as olarias da região recebiam constantes encomendas de tijolos e telhas para serem utilizadas nas obras públicas da capital. A partir da segunda metade do século XIX, registrou-se a mecanização da fabricação de tijolos, através da importação de máquinas do exterior. Neste período foi instalada, na cidade de Nazaré, uma fábrica de tijolos com equipamentos movidos a vapor, tornando-se a mais antiga referência da implantação deste tipo de fábrica na Bahia. Observa-se, desta maneira, a importância que a região de Jaguaripe alcança nos séculos XVIII e XIX com relação ao fornecimento e comercialização de tijolos para Salvador e cidades situadas próximas à Baía de Todos os Santos. Este importante material de construção foi fundamental para a expansão da Capital e para o desenvolvimento da Província.

PALAVRAS-CHAVE: Olaria, Tijolos, Jaguaripe

ABSTRACT:

The shores of the Jaguaripe river and its affluents are characterized for being important ceramic producing soil up to these days. Historically, the clay deposits of excellent quality fostered the installation of a number of mills in the region, which were responsible for the supply of bricks that were utilized in construction in Salvador. The existence of these mills and the production of ceramic in Jaguaripe date back to the XVII century and the region was established in the following century as the main supplier of bricks and ceramic materials. Because of the known quality of the produced materials, the mills in the region had frequent orders to supply tiles and bricks to be used in the public construction sector in the state capital. As of the second half of the XIX century, the

¹ Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA; Professora da UNIME - União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura; lacatauassu@gmail.com.

² Professor Emérito e Notório saber da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Quadro Permanente do PPGAU e Coordenador do Núcleo de Tecnologia da Preservação da Escola Politécnica da UFBA; mmo@ufba.br; mmo1936@gmail.com.

mechanization of the brick fabrication started while using imported machines from abroad. At that time it was installed, in the City of Nazaré, a brick mill with steam powered equipment that became the oldest known of such type of factory in Bahia. Thus it was noted the importance the Jaguaripe region acquired in the XVIII and XIX centuries with respect to the supply and marketing of bricks to Salvador and other cities of the Bay of All Saints. This important building material was fundamental for the expansion of the Capital and for the development of the Province.

KEYWORDS: Mills, Bricks, Jaguaripe

INTRODUÇÃO:

No período em que Portugal precisava ocupar o Brasil para garantir a posse do território, foi necessário que a Coroa enviasse para a sua colônia de além-mar mestres de fazer cal, pedreiros, carpinteiros e oleiros para a extração, fabricação e aplicação dos materiais de construção nas obras das vilas e cidades que foram fundadas ao longo do território brasileiro.

Responsáveis pela fabricação de tijolos e telhas, os primeiros oleiros chegaram à Salvador em 1549, acompanhando a expedição de Tomé de Souza, primeiro Governador-geral do Brasil, que aqui chegou para fundar a capital da nova colônia (SAMPAIO, 1949, p. 181). Estes oficiais mecânicos vieram acompanhados de suas ferramentas de trabalho e transmitiram o conhecimento que dominavam para seus ajudantes, permitindo que a atividade se expandisse na capital da Bahia.

A argila, matéria prima da fabricação de cerâmica, era disponível na Baía de Todos os Santos e nos rios próximos, destacando-se a região de Jaguaripe, que se caracterizou por ser importante zona produtora de cerâmica até os dias atuais, estabelecendo a tradição local de trabalhar com a argila, configurada na produção de outros objetos de barro, além de tijolos, tais como, utensílios domésticos, peças decorativas e imagens sacras de excelente elaboração.

A qualidade da argila encontrada na região impulsionou a implantação de inúmeras olarias ao longo de vários séculos, responsáveis pela produção de tijolos utilizados em diversas obras de Salvador, refletindo a importância que esta zona alcançou no particular, principalmente entre os séculos XVIII e XIX.

A FABRICAÇÃO DE TIJOLOS NA VILA DE JAGUARIFE

A região de Jaguaripe pertencia à Capitania do Paraguaçu, doada a Álvaro da Costa³ em 1557, e estendia-se do Rio Paraguaçu à margem esquerda do Rio Jaguaripe. Em 1733, esta Capitania hereditária passou à jurisdição real e foi incorporada à Capitania da Bahia.

³ Álvaro da Costa era filho de Duarte da Costa, segundo Governador-Geral do Brasil e recebeu a Capitania do Paraguaçu em recompensa pela participação na guerra contra os Tupinambás (SILVA, 1937, p. 71-97).

A presença de olarias em Jaguaripe remonta ao século XVII, quando testamentos de moradores inventariavam tais olarias e fornos nas suas propriedades e correspondências enviadas à Coroa Portuguesa confirmam a utilização dessas terras para a fabricação de cerâmica. A Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, de Jaguaripe, era particularmente beneficiada por possuir argila de qualidade, reconhecidamente superior, de modo que o Tenente General de Artilharia, Marquês de Angeja, de certa feita, enviou uma lancha para ser carregada com barro de locais previamente especificados por ele (BRASIL, 1938, p. 222).

Em 1637, Belchior Fernandes Queymado deixou de herança, para a Santa Casa de Misericórdia, a metade dos seus bens. Na relação dos bens de raiz, registrados no seu testamento, constavam as terras nas quais morava, em Jaguaripe, com casa de vivenda, residência dos negros e metade de **uma olaria e forno** (ARQUIVO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (Salvador), 1629 - 1635, livro 40, f. 108v).

No século XVIII, a Vila de Jaguaripe torna-se a principal fornecedora de tijolos e telhas para Salvador, principalmente pela qualidade da argila. A importância desta produção, também, pode ser observada na iconografia produzida neste período onde, com frequência, encontrava-se registro de olarias situadas às margens dos rios da região. No mapa da Figura 1, elaborado possivelmente no século XVIII, estão relacionadas olarias no Rio Jaguaripe, próximo da Vila de Jaguaripe e da Povoação da Aldeia, e ao longo do Rio Cahipe.



Figura 1 – Parte do mapa do século XVIII de autoria de Manoel Rodrigues Teixeira onde se destaca a indicação de olarias existentes nas margens dos rios da Vila de Jaguaripe
Fonte: TEIXEIRA, [17--]

Nesse século, sesmarias que continham barreiros necessários para o funcionamento das olarias continuaram a ser doadas na região. Em 1721, o padre Pedro Fernandes Aranha obtém a posse das terras que eram utilizadas por seus antecessores, há mais de cem anos, retirando delas argila para ser utilizada na sua olaria e no seu Engenho do São Paulo (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1721/1791, maço n. 598, f. 26 -27v).

Três anos depois, outra sesmaria foi concedida para os ajudantes Simão Ferreira e Francisco Pereira Monteiro, em cuja petição constava que as terras no rio Jaguaripe já vinham sendo utilizadas, há mais de trinta anos, com olaria, lavouras e extração de lenha (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1721/1791, maço n. 598, f. 43v-46).

A cobrança para a retirada de barro, areia e lenha, realizada por alguns proprietários de terra em Jaguaripe, motivou o requerimento feito, em 1758, por José Fagundes de Araújo da Câmara e Manuel Mendes da Paixão, ao Rei D. José, defendendo o uso público dos depósitos de argila e lenhas de mangue, das praias e rios navegáveis da região, para a fabricação de louças, telhas e tijolos, alegando que a extração de material nestes locais sempre havia sido de uso comum “desde q há olarias no d^{to} Jaguar.^e, q passa de cem, e duzentos annos” (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1758).

O aforamento das terras de marinha e praias em Jaguaripe motivou a solicitação do Governo da Bahia para que a Câmara da Vila de Jaguaripe, em 1766, enviasse a relação dos Senhorios de terras que aforavam à particulares áreas, cujo domínio pertencia a sua Majestade, discriminando as oficinas, ou seja, olarias, alambiques, barreiros, armações e outros negócios, que funcionam nas terras aforadas, indicando o valor do foro pago anualmente.

Com base nestas relações, observa-se que as terras aforadas, para olarias e para retirada de barro, localizavam-se próximas à Vila de Jaguaripe e nas margens dos rios Jaguaripe, Cahipe e Maragogipinho. Também eram extraídos barros nas terras do Oytá, Caynema, Araça, Barro Podre, Porto da Espada, Jacaracica, Grupumungú, Engenho Copioba e São Bernardo (Figura 2) (SANTOS, 2012).

O Capitão João de Souza Câmara, em 1784, era proprietário da olaria que produzia tijolos utilizando o barro de melhor qualidade, sendo constantemente requisitado para atender aos pedidos de tijolos originários da Câmara de Salvador. Em 1787 a sua olaria ainda estava em funcionamento, quando o Senado da Câmara de Jaguaripe ordenou nova remessa de tijolos. Neste momento, entretanto, a olaria não foi capaz de atender ao pedido pela falta de escravos.

As ordens religiosas contavam com padres que dominavam os diversos ofícios mecânicos e, ao mesmo tempo, eram capazes de transmitir estes conhecimentos para os índios, com a finalidade de fabricar materiais de construção necessários para obras da igreja. Os beneditinos possuíam terras, no rio Jaguaripe, nas quais estava implantada uma olaria de fazer telhas e tijolos (MAPPA..., 1797). Esta fazenda, possivelmente, correspondeu à Fazenda Santo Antônio das Barreiras, que, por muitos anos, foi administrada pelo Frei Ancelmo Paraizo que, diversas vezes, socorreu o Mosteiro de São Bento enviando telhas, tijolos e lenhas (LOSE, 2009, p. 240).

O século XIX trouxe a industrialização para fabricação de tijolos em razão da crescente demanda por este material e da invenção, na Europa, de máquinas e fornos que melhoraram a qualidade do produto e aumentaram sua produção. No início deste século, Jaguaripe continuava a ser importante pólo produtor de cerâmica e os poucos escravos existentes na região estavam empregados na pescaria, na plantação de mandioca e nas olarias, identificadas pelo Senado da Câmara de Jaguaripe como “únicas nesta Povoação alias nesta Prov.^a, e quase no Imp.” (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1823-1869, maço n. 1334), demonstrando a importância econômica que a fabricação de tijolos representava para a Vila.

João Pereira de Mesquita possuía duas olarias na região de Jaguaripe, que estavam em funcionamento quando foram registradas no inventário após o seu falecimento em 1835: uma delas situava-se em Maragogipinho de Cima, com um forno, composto de cinco vãos sobre esteios e pilares, possuindo 166 palmos [36,52m] de frente e outra localizada na Pititinga, também com um forno, e com 130 palmos [28,6m] de frente sobre pilares (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1847-1848).

Na metade do século XIX, a agricultura no Município de Jaguaripe continuava sem muita relevância, a exploração de madeira e lenha ainda era frequente, e continuavam a existir fábricas de louça vidrada, telhas e tijolos, porém, a região começava a sentir os efeitos da exploração do meio ambiente que vinha ocorrendo desde o Século XVII, registrando a falta de barro e a dificuldade em extraí-lo, tarefa na qual se perdiam muitos escravos devido às arriscadas escavações sem segurança (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1838-1859, maço n. 1333).

Em 1849, já no Período Imperial, a Câmara de Jaguaripe observa que a agricultura e a indústria necessitavam de investimentos destacando que os trabalhos, nas olarias, ainda eram realizados por escravos sendo, portanto, vagaroso e muito dispendioso e sugere a utilização de máquinas, equipamentos que nenhum proprietário dispunha na época (ARQUIVO

PÚBLICO DA BAHIA, 1838-1859, maço n. 1333). Uma década depois, em 1859, se concretiza a mecanização de olarias da região de Jaguaripe, com o registro do Contrato de Sociedade entre Samuel Augusto Marback, Augusto Silvestre de Faria, naturais da Bahia, e o arquiteto inglês James Loyd, natural de Londres, e domiciliado na Cidade de Nazaré, para a implantação de uma fábrica de cerâmica, com máquinas a vapor, que seriam instaladas na Cidade de Nazaré, em terreno pertencente ao referido inglês (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, maço n. 11), tornando-se a mais antiga referência à implantação de fábrica, a vapor, de tijolos na Bahia.

Analisando este contrato, percebe-se que o arquiteto inglês era o único que entendia e dominava a técnica para a produção de telhas, tijolos e outros materiais cerâmicos, que deveriam ser produzidos pela fábrica. Este fato gerava preocupação aos seus sócios motivando a inclusão de uma cláusula no contrato, que obrigava James Loyd a ensinar o manejo da fábrica e o ofício da fabricação de tijolos para uma pessoa indicada pelos sócios brasileiros, de modo a não interromper os trabalhos na fábrica, caso o inglês estivesse doente ou viesse a falecer.

Entre os anos de 1862 e 1863, o Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Bahia registrou os fabricantes de tijolos de Nazaré separando-os em fábricas de tijolos a vapor e olarias de tijolos, possivelmente diferenciando-se em relação à industrialização da produção. Observa-se, neste período, a crescente industrialização das fábricas de tijolos da região de Jaguaripe, que, aos poucos, passaram a investir em maquinários capazes de aumentar a produção cerâmica e a produtividade das fábricas.

No inventário realizado em 1875, após o falecimento de Francisco Vicente Viana, que na ocasião já havia sido agraciado com o título de Barão de Viana, o quinhão que coube ao seu filho homônimo incluía duas fazendas com olarias mecanizadas, na Região de Jaguaripe: Fazenda Porto Cabral e Fazenda Pitinga.

A Fazenda Porto Cabral possuía olaria com dois fornos de capela, em bom estado, com capacidade para seis a sete mil "tijolos grossos", e maquinário composto por amassadores de ferro, triturador e prensa. A outra olaria localizava-se na Fazenda Pitinga, possuía dois fornos de capela, um com capacidade para quatro mil telhas e outro de três mil, faltando, em um deles, o seu competente arco, em bom estado, mas mal estruturado, motivo pelo qual gastava muita lenha. Seu maquinário era composto de amassador serrilhado de louro, em forma circular com 25 palmos [5,5m] de diâmetro, cercado por parede de tijolo e com estrutura piramidal de tijolo no centro. Possuía ainda máquina velha de ferro para fabricar telhas, com sua bolandeira, e um telhado, além de dois aparelhos de tração com cabos de linho, um em bom estado de conservação e outro avariado (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1875-1876).

A produção cerâmica na região de Jaguaripe, até o final do século XIX, ainda era a responsável por abastecer os mercados baianos com louças, tijolos e telhas, oferecendo produtos diferenciados devido à boa qualidade da matéria prima encontrada na região. Nesta gravura, datada do século XIX (Figura 3),

estão indicados, nas margens do rio Jaguaripe, os locais onde se concentravam as diversas olarias.



Figura 3 – Mapa do século XIX e detalhe da região onde se destaca a Vila de Jaguaripe (1), a Povoação da Estiva (2), Maragogipinho (3), Vila de Nazaré (4) e olarias na margem do Rio de Jaguaripe (5)

Fonte: Adaptado de OLIVEIRA, 2004

Na Cidade de Nazaré, em 1882, a olaria pertencente a João Pereira de Mesquita funcionava no bairro do Jacaré. Segundo seu proprietário, a fábrica foi fundada em 1819 e contava com 12 operários, de ambos os sexos e de várias idades, que produziam 200 milheiros de telhas e 400 milheiros de tijolos, não sendo possível identificar se esta quantidade era produzida mensalmente ou anualmente. A fábrica possuía máquinas e aparelhos movidos a força braçal, e utilizavam 12 mil estéreos⁴ de lenha. A máquina de fazer telhas era de origem inglesa.

O barro utilizado na olaria era de grande qualidade, extraído em terrenos adjacentes à mesma fábrica, e o valor cobrado pelos tijolos variava de 20\$000 a 25\$000 réis e as telhas custavam de 30\$000 a 35\$000 réis (ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA, 1878-1889, maço n. 1370). Provavelmente esta olaria foi herdada de seu pai, homônimo, em cujo inventário feito em 1835, já citado anteriormente, constava a propriedade de duas olarias na região de Jaguaripe, justificando, assim, a data de fundação indicada por João Pereira de Mesquita.

Em 1900, esta olaria ainda produzia materiais cerâmicos e funcionava, também como serraria, fornecendo madeira para construção e caixas para embalar produtos como charutos, sabão, vela e outros. Neste período, a Olaria e Serraria Jacaré possuía depósito em Salvador, na Praça do Ouro, nº 7 e seu gerente era J. Champion (Figura 4).

⁴ Estéreo é uma unidade de medida utilizada para medir o volume de madeira equivalente a 1 metro cúbico.



OLARIA E SERRARIA
JACARÉ
NA
CIDADE DE NAZARETH
Com deposito na Bahia, à
praça do Ouro, n. 7

Vende telhas, tijolos para alvenaria, ladrilhos e cornijas, tubos para encanamentos, ripas, ripões, taboado para forro e soalho, couçoeriras e outras peças de madeira, caixas para charutos, sabão, velas, etc. pinho serrado e cimento.

Nazareth, setembro 1900
O gerente
J. Champion.

Figura 4 – Propaganda da Olaria e Serraria Jacaré publicada no Jornal de Notícias em outubro de 1900

Fonte: OLARIA..., 1900.

Francisco Adolpho de Farias, por sua vez, era proprietário da Fazenda Araçá, situada a 4 km da cidade de Nazaré, onde estava instalada uma grande fábrica de telhas e tijolos em terreno próprio. A fábrica possuía em 1900, vinte operários e duas máquinas para fabricação de telhas e tijolos, batedores ou prensas de ferro e canoas para o transporte de materiais. Conforme anúncio de venda publicado pelo seu proprietário no jornal de notícias de 26 de dezembro de 1900 (FAZENDA ..., 1900, p. 2.), o melhor barro que existia na região encontrava-se nas suas propriedades e era responsável por abastecer toda a povoação de Maragogipinho, sendo ideal para a produção de *quartinhas* finas.

Observa-se que no século XIX as olarias e fábricas de tijolos da Região de Jaguaripe continuavam em funcionamento produzindo o material que era transportando pelos rios navegáveis para serem utilizadas na capital e nas regiões vizinhas. Na Figura 5 estão representadas em amarelo as regiões onde se concentravam as olarias e terras de onde eram extraídas as argilas, situadas nas margens dos Rios Jaguaripe, até a Vila de Nazaré, e ao longo do Rio Cahipe até a Povoação da Estiva. Em rosa estão indicadas as Fazendas e Povoações que possuíam olarias.



Figura 5 – Localização das zonas da região de Jaguaripe onde existiam olarias e barreiros no Século XIX

CONCLUSÃO:

As olarias instaladas em Jaguaripe destacaram-se na produção de tijolos na Bahia entre os séculos XVIII e XIX, favorecidos pela geologia do local que lhes disponibilizava matéria prima de qualidade superior e em abundância. Esta característica era reconhecida pelo governo da capital que encomendava este material de construção específico diretamente da região, como foi observado.

Inicialmente, esta produção utilizava técnicas pré-industriais e estava estabelecida em pequenas olarias artesanais distribuídas próximas aos depósitos de argila e nas margens dos rios navegáveis para facilitar o transporte. Neste período, diante da necessidade de grande quantidade de tijolos para execução de determinada obra, era necessário que a encomenda fosse realizada à fabricantes diferentes, gerando assim, variação nas dimensões e na qualidade do produto.

No século XIX, com o progresso da Capitania da Bahia, cresce a demanda por tijolos, impulsionada, ainda, pela proibição de extração de pedras dentro do perímetro da cidade de Salvador. Com a mecanização da produção foi possível aumentar a oferta de produto no mercado local, melhorando também a qualidade do produto que se tornou mais compacto e homogêneo.

A expansão na comercialização dos tijolos desta região foi identificada em Salvador, aplicado na Igreja da Ordem terceira de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. Durante as obras de restauração desta igreja, foi encontrado um tijolo em cuja face estava impressa a inscrição "NAZARETH N.3" (Figura 6), indicando que a fábrica ou a origem de sua produção remete à região de Jaguaripe. Este tijolo maciço prensado provavelmente foi fabricado depois da segunda metade do século XIX devido a sua característica industrial,

sugerida pela superfície plana e lisa, com interior compacto e textura uniforme, identificada pela cor⁵ *Reddish Yellow* (HUE 7.5R 6/6). Ensaios realizados na amostra deste tijolo indicaram a qualidade da cerâmica que apresentou massa unitária de 1,98 g/cm³, com pouca absorção de água (13,06%) devido ao seu processo de fabricação que utilizou prensa manual ou a vapor, permitindo a compressão adequada da argila e reduzindo os vazios no interior do mesmo (SANTOS, 2012, p.325-326). A caracterização mineralógica, obtida pela difração de raios-x, revelou que as principais fases cristalinas encontradas na cerâmica foram quartzo e traços de hematita (SANTOS, 2012, p.331-332).



Figura 6 – Tijolo maciço prensado encontrado no frontão da Igreja do Boqueirão:
(a) Vista superior; (b) Vista inferior
Fonte: Acervo Francisco Santana

A comunicação com a Europa permitiu que fabricantes de tijolos da Bahia estivessem atualizados em relação aos avanços tecnológicos do ramo fazendo com que esta província fosse uma das pioneiras na mecanização de sua indústria cerâmica, verificando-se a importação, em 1857, de máquinas européias destinadas à fabricação de telhas e tijolos, registradas pela Alfândega da capital.

Este investimento na produção foi observado também nas olarias estabelecidas em Jaguaripe que gradualmente instalaram equipamentos modernos em suas olarias, destacando-se o fato de que a primeira referência à implantação de fábricas de tijolos à vapor na Bahia remete ao contrato, assinado em 1859, entre Samuel Augusto Marback, Augusto Silvestre de Farias e James Loyd, para a implantação de fábricas de tijolos na cidade de Nazaré.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1862, organizado por Camillo de Lellis Masson: oitavo anno. [Salvador]: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1862. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706825&PagFis=2709>>. Acesso em: 03 maio 2012.

ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Bahia para o anno de 1863, terceiro depois do bissexto, organizado por Camillo de Lellis Masson: nono anno. [Salvador]: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1863. Disponível em:

⁵ A cor do tijolo foi determinada pelo sistema de cores de Munsell.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706825&PagFis=3261>>. Acesso em: 03 maio 2012.

ARQUIVO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (Salvador). Livro 1º do Tombo: escrituras, aforamentos e testamentos, 1629 a 1635, livro 40. f. 108v.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Bahia. Caixa 138, doc. n. 10654, [ant. 4 nov. 1758]

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Seção de arquivo colonial e provincial, Fundo: Governo Geral/Governo da Capitania, Série: Correspondência recebida dos Capitães-mores de Jaguaripe, Sergipe d'El Rei, 1780-1789, maço n. 408.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Seção de arquivo colonial e provincial, Fundo: Governo Geral/Governo da Capitania, Série: Correspondência recebida de autoridades diversas, Juiz Ordinário de Jaguaripe, 1764-1799c, maço n. 188, doc. 75.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Seção de arquivo colonial e provincial, Fundo: Governo Geral/Governo da Capitania, Série: Correspondência recebida dos Capitães-mores, Jaguaripe e Sergipe, 1790-1822, maço n. 417.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Seção de arquivo colonial e provincial, Fundo: Câmara Geral/Governo da Capitania, Série: Correspondência recebida de autoridades diversas, Câmara do Interior da Bahia: Maragogipe, Jaguaripe, Viçosa, São Jorge dos Ilhéus, Caravelas, Santo Amaro, Maraú, Cairu, 1766-1817, maço n. 199.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Seção de arquivo colonial e provincial, Fundo: Governo Geral/Governo da Capitania, Presidência da Província, Série: Documentos Avulsos, Câmara de Jaguaripe, 1838-1859, maço n. 1333.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Seção de arquivo colonial e provincial, Fundo: Governo Geral/Governo da Capitania, Governo da Província, Série: Documentos Avulsos, Correspondência recebida da Câmara de Jaguaripe, 1823-1869, maço n. 1334.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Seção de arquivo colonial e provincial, Fundo: Governo Geral/Governo da Capitania, Presidência da Província, Série: Documentos Avulsos, Câmara de Jaguaripe, 1838-1859, maço n. 1333.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Seção de arquivo colonial e provincial, Relação da documentação da junta comercial e tribunal do comércio, maço n. 11. (antigo 161/16).

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Seção de arquivo colonial e provincial, Fundo: Governo Geral/Governo da Capitania, Governo da Província, Série: Governo, Câmara – Nazaré, 1878-1889, maço n. 1370.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Fundo: Governo Geral/Governo da Capitania, Série: Sesmarias, Livro 6º do Regimento de sesmarias, 1721/1791, maço n. 598. f. 26 -27v.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Fundo: Governo Geral/Governo da Capitania, Série: Sesmarias, Livro 6º do Regimento de sesmarias, 1721/1791, maço n. 598. f. 43v-46.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Núcleo: Tribunal de Justiça, Série: Inventário, Seção: Arquivos Judiciários, Interessado: Mesquita, João Pereira de, período: 1835. e Id. Núcleo: Tribunal de Justiça, Série: (Inventário) Partilha amigável, Seção: Arquivos Judiciários, Interessado: Mesquita, João Pereira de e São Feliz, Rosa Maria de, período: 1847-1848.

ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. Núcleo: Tribunal de Relação, Serie: Inventário (Auto de Partilha), Seção: Judiciária, Interessado: Barão de Viana, período: 1875-1876.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Biblioteca Nacional. **Documentos históricos**: correspondencia dos Governadores Gerais: 1712-1716. v. XLII. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1938. p. 222.

FAZENDA á venda. **Jornal de Noticias**, Salvador, ano XXII, n. 6275, p. 2, 26 dez. 1900.

INVENTÁRIO dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa: organizado para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro por Eduardo Castro e Almeida: III: Bahia 1786-1798. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1914, p. 331.

LOSE, Alicia Duhá et al. **Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia**: edição diplomática. Salvador: Edufba, 2009.

MAPPA dos bens que possui a comunidade de S. Bento da cidade da Bahia, e dos seus rendimentos annuaes, com declaração dos seus encargos e do numero de seus frades. Bahia, 6 jul. 1797. Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia. Documentos Avulsos da Capitânia da Bahia, II Catálogo de Eduardo Castro e Almeida, caixa 89, doc. 17.419.

OLARIA e serraria Jacaré. **Jornal de Noticias**, Salvador, ano XXII, n. 6208, p. 3, 3 out. 1900.

ROTEIRO de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães. Leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa. Lisboa: Tagol, 1988. Edição Fac-similada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda.

SAMPAIO, Theodoro. **História da fundação da Cidade do Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. Obra póstuma.

SANTOS, Larissa Corrêa Acatauassu Nunes. **A arqueologia da arquitetura e a produção de tijolo na Bahia do século XVI ao XIX**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2012.

SILVA, Pedro Celestino da. A Cachoeira e seu município: esboço physico, político, economico e administrativo. **Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia**, Salvador, n. 63, p. 71-97, 1937.

TEIXEIRA, Manoel Rodrigues. **Planta topographica em que se comprehende parte da comarca dos Ilheos**: que principia na margem septentrional do Rio Grande, que esta na altura de 15º, e 30', e finaliza na margem meridional do

Rio Una, q. esta na altura de 13^o, e 30', e a outra parte pertencente a comarca da Bahia que principia na margem septentrional no Rio Una, e ponta do Morro de S. Paulo, que esta na altura 13^o, e 30', e finaliza na margem meridional do Rio Itapicurú, que esta em 12^o. / por Manoel Roiz Teixeira. [17--]. 1 mapa. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart525993.jpg>. Acesso em: 16 ago. 2011.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969. v. 2. (coleção Baiana).